

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS FICHA DE IDENTIFICAÇÃO LOCALIDADE	CÓDIGO DA FICHA					
	PA	01	02	14	F11	01
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO	Quilombos de Oriximiná
LOCALIDADE	Território Quilombola Alto Trombetas
MUNICÍPIO / UF	Oriximiná/PA

2. FOTOS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FOTOS INVENTARIADAS, CONSULTAR O ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE		PA	01	02	14	F11	01
------------------------------------	--	----	----	----	----	-----	----



Joraci Barbosa e Maria Idaliete na casa de farinha no Abuí, INRC-Quilombos de Oriximiná. Nazareth, Alexandre. Oriximiná-PA, 23/04/2013.



Ralando castanha na Tapagem, INRC-Quilombos de Oriximiná. Nazareth, Alexandre. Oriximiná-PA, 24/04/2013.



Igreja do Sagrado Coração de Jesus, INRC-Quilombos de Oriximiná. Nazareth, Alexandre. Oriximiná-PA, 25/04/2013.



Casa de madeira e palhas no Mãe Cué, INRC-Quilombos de Oriximiná. Nazareth, Alexandre. Oriximiná-PA, 25/04/2013.

3. REFERÊNCIAS CULTURAIS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS BENS INVENTARIADOS, CONSULTAR O ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS.

SÍNTESE

O Território Alto Trombetas é composto pelas comunidades Abuí, Paraná do Abuí, Tapagem, Sagrado Coração de Jesus e Mãe Cué, e, de modo geral, apresenta características sociais e referências culturais semelhantes aos demais territórios quilombolas de Oriximiná. Destaca-se, no entanto, pela vitalidade de práticas que procuram atualizar, no que diz respeito às tradições orais e musicais e às antigas formas de festejo da região.

Abaixo são exemplificadas algumas das referências culturais da localidade.

Celebrações

No território Alto Trombetas registram-se festas religiosas, juninas e natalinas e comemorações de datas como o Dia da Consciência Negra e o Dia das Mães – como, de praxe, ocorre nas diversas comunidades quilombolas de

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	PA	01	02	14	F11	01
------------------------------------	----	----	----	----	-----	----

Oriximiná. Com relação às festas de santo, as celebrações variam conforme a comunidade: festas de São Benedito e de Santa Ana no Abuí, festa de São João no Paraná do Abuí, festa de São Sebastião na Tapagem, festa de São José e do Sagrado Coração de Jesus na comunidade homônima, festa de São Lázaro no Mãe Cué. A festa da Santíssima Trindade abrange todas as comunidades, caracterizando-se como uma festa itinerante que envolve todo o território.

Na maioria das vezes a festa do padroeiro começa com uma procissão em terra ou com um círio fluvial durante os quais se rezam ladainhas e se tocam folias. Seu Duí, morador da comunidade Tapagem, é um dos rezadores de ladainhas mais conhecidos na região.

Os festejos prosseguem com celebrações na igreja/capela do santo e com a distribuição ou venda de comidas e bebidas. Alguns entrevistados assinalaram que antigamente todas as refeições e bebidas eram distribuídas gratuitamente aos festeiros, pois os ingredientes com que eram preparadas eram doados pelos moradores e recolhidos durante ritos de esmolação – procissões de casa em casa, nas quais os devotos ofereciam em intenção ao santo animais criados em casa e produtos da roça. Hoje em dia, porém, com as restrições imputadas às práticas produtivas tradicionais e a transformação dos modos de vida locais, cada vez menos se pode contar com a doação de alimentos para a festa, de modo que muitas refeições (à base de carne de gado e frango) e bebidas passaram a ser vendidas.

Após o serviço dos ritos religiosos e das refeições algumas comunidades realizam a chamada “festa cultural”, na qual são relembradas músicas e danças que praticamente não se usam mais, como a valsa, a mazurca, o lundum e a desfeiteira, ao lado de apresentações musicais e coreográficas da cultura quilombola contemporânea como, por exemplo, a danças Morena d’Angola (organizada pela comunidade do Abuí) e a dança Marajoara (organizada pela comunidade da Tapagem). Em função desse tipo de programação baseada em tradições mais antigas, as “festas culturais” distinguem-se das chamadas “festas sociais” – também realizadas no bojo dos festejos dos santos, normalmente para encerrar as comemorações – nas quais bandas da cidade tocam ritmos atuais (forró, brega, sertanejo, música popular, pagode) e som mecânico. Para muitos comunitários, sobretudo os de mais idade, a “festa cultural” tem um significado todo especial na medida em que constitui oportunidade privilegiada para a transmissão das tradições locais.

Nas entrevistas feitas durante a pesquisa do campo pôde-se depreender que o modelo festivo que inspira as chamadas “festas culturais” de hoje remete às antigas “festas de pau e corda” ou “festas de ramada”. Nelas havia sempre um barracão feito com madeira e palhas, decorado com ramos e folhas, iluminado por lamparinas. Dentro dele se executavam as liturgias, as ladainhas e as danças, que eram ocasiões propícias para os casais se conhecerem e entabularem conversações.

Essas festas antigas são lembradas como momentos especiais de partilha. Os entrevistados descrevem-nas com muito entusiasmo, enfatizando a fartura e a ampla distribuição gratuita de alimentos (tartaruga, galinhas, peixes, pratos à base de castanha) e bebidas que toda a comunidade preparava.

A preparação dessas festas sempre começava bem antes das comemorações. Os festeiros dedicavam-se à criação de animais para doarem no dia da festa. Era comum também formarem grupos que dividiam as tarefas de organização, assumindo diferentes responsabilidades: caça, pesca, cozinha. Geralmente os homens cuidavam da caça e da pesca, e as mulheres cuidavam do preparo da alimentação, que incluía variados tipos de beiju e doces de castanha.

Em alguns lugares a festa se estendia por até nove dias, atualmente levam no máximo dois ou três dias, e, mesmo assim, em fins de semana, porque os comunitários precisam trabalhar e as crianças têm escola. A duração das festas antigas variava muito de acordo com as posses e o empenho dos comunitários responsáveis pela sua organização. Na maioria das vezes a responsabilidade maior recaía sobre o dono ou a dona do santo, que também se chamava mordomo ou mordoma. Ele ou ela tinha a responsabilidade de organização de todo o festejo, bem como da ornamentação de um mastro no qual se penduravam frutas para distribuição aos presentes.

Eu ainda cheguei a ver festa desse santo, que a gente fazia festa de nove noites. Como a gente ia fazer essas festas de nove noites? Tinha os sócios, o mordomo, tinha o juiz da festa, tinha a juíza da festa. Tinha mordomo da primeira vara, da segunda vara. Então, se eu era o mordomo eu era responsável de criar um porco, criava aquele porco que no dia 19 eu tinha que levar lá pra festa. Esse já levava um ou dois alqueires de beiju da mandioca, outro já fazia a farinha, outro já matava um pirarucu. Eu sei que quando era no dia da festa, tinha uma casa que ficava empilhada, então era uma festa cultura que só terminava quando nós terminávamos aquela comida. (Aloísio, Tapagem, 25.04.2013).

A fartura nas festas antigas era garantida por doações de todos os moradores que eram “visitados” em casa pelo santo, durante procissões fluviais feitas em canoas a remo, destinadas às esmolações, ou seja, à coleta de donativos para a celebração. Hoje em dia moradores reclamam da queda no volume de doações e dependem, em regra, de colaborações materiais da Prefeitura de Oriximiná e da MRN para realização das festas dos santos padroeiros.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE				PA	01	02	14	F11	01
------------------------------------	--	--	--	----	----	----	----	-----	----

Saudosos das “festas de antigamente”, muitos moradores criticam as festas atuais, principalmente em relação à alimentação. Comparando-as com as “festas de antigamente”, afirmam que “no tempo deles a comida era de graça, ninguém precisava tirar dinheiro do bolso pra comprar nada”, conforme relatou Dona Raquel Pires:

Era feito aquele bocado de beiju pra dar para o pessoal comer na festa. Não era nada vendido, era tudo dado. Tinha uma mesa grande, quando era de manhã ornava aquela mesa, era café, era chá, era chocolate, bocado de beiju. Tudo era dado, não vendiam nada. Saíam de esmola, não era assim de motor como é agora, era no remo, no remo iam buscar lá debaixo, quando a festa era aqui na Tapagem. São Sebastião saía, iam buscar lá do Jamari, de casa em casa, ele vinha esmolando, até que chegou o dia da festa pra fazerem entrada. Hoje em dia já é de motor que vão. Tudo já é vendido. Se você tem sua comida, antes de ir na festa encha sua barriga e deixe em casa se der pra deixar, pra quando você chegar você comer. Se você tem dinheiro, quando estiver lá na festa e estiver com fome você vai comprar e comer. É dois pedacinhos de osso, com mais duas colheradas de macarrão, arroz, um bago de feijão... É, meu irmão, é assim. Café, se você quiser tomar um café, dê dinheiro em dois dedos de café, é 50 centavos, um real se você quiser esquentar seu estomago (Raquel Pires, Sagrado Coração, 25.04.2013).

Outro alvo de reclamações dos mais velhos são as bandas que vêm de fora (da cidade, normalmente) para animar as festas com músicas contemporâneas que não lhes agradam os ouvidos. Para eles, as danças acompanhadas por essas músicas são desrespeitosas. A frase comum, dita pelos antigos, virou consenso entre os entrevistados: “Tá tudo mudado. As coisas já não são mais como antigamente”.

As festas que mais se destacam no território são as de São Benedito e de São Sebastião.

Festa de São Benedito

A festa do padroeiro da comunidade do Abuí, São Benedito, acontece todo dia 25 de dezembro. A festividade atrai bastantes visitantes de outras comunidades, principalmente da Tapagem, que sempre prestigia os vizinhos. A festividade dura duas noites. Para a alimentação, segundo Seu Raimundinho, coordenador da comunidade, todos os anos a prefeitura doa um boi, o que é suficiente para atender aos moradores e aos visitantes.

Festa de São Sebastião

De acordo com a professora Cleucineide, os antigos moradores da comunidade da Tapagem celebravam a festa de São Sebastião no dia 19 de janeiro, mas hoje em dia ela é realizada no final de semana mais próximo dessa data, devido aos compromissos de trabalho dos comunitários, que não podem mais festejar durante os dias úteis da semana. Cleucineide acredita que esse novo estilo de vida dos moradores locais responde significativamente à progressiva queda do número de pessoas envolvidas na celebração. Segundo ela, ainda, muitos moradores que antes se responsabilizavam pela organização da festa passaram a trabalhar em Oriximiná e em Porto Trombetas, e por isto deixaram de fazê-lo.

Era muito legal antes. No meu ponto de vista, antes era bem melhor. Era uma festa muito famosa aqui na nossa área, dava muita gente, até porque naquela época era difícil ter essas festas. Hoje você encontra, quase todos os dias, quase todo mês, então a gente não pode estar em todas as festas, e antes isso era mais difícil. Tinha uma festa aqui e outra ali, e era muito famosa. Eu era cunhantã (menina), mas eu me lembro, até porque a gente participava, brincava de boneca. Inclusive um ano eu fui boneca aqui. Eu morava na cachoeira ali da frente da comunidade e ela ficava tomada por barcos que encostavam nesse porto aqui, no dali. Então, dava muita gente, pessoal dessa área aqui do Alto vinha todo pra cá, era até meio emocionante. Vinha janeiro e a gente já estava se planejando. Quando falava na festa de janeiro, era Tapagem (Cleucineide, Tapagem, 25.04.2013).

Os “tapageiros”, como são chamados os moradores da Tapagem, eram reconhecidos como grandes festeiros na região, justamente pela sua capacidade de produzir uma festa importante e agregadora como era a de São Sebastião. Todavia, esse quadro vem mudando porque o sentimento e as práticas de coletividade na organização do festejo vêm decaindo: “naquela época era interessante porque todo mundo... Havia coletividade naquela época. A gente perde essa coletividade da cultura, hoje fala em coletividade da união, mas não, às vezes é uma agregação das

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE				PA	01	02	14	F11	01
------------------------------------	--	--	--	----	----	----	----	-----	----

peças” – opina a professora Cleucineide. Agora, segundo ela, não há mais a mesma dose de união para a arrecadação de alimentos para a festa: “você vinha na festa, você não tinha preocupação de comprar um prato de comida, tudo era doado, do café, almoço e jantar”. Hoje muita coisa hoje depende da Prefeitura e da participação da escola na obtenção de fundos e patrocínio para o bingo, na ornamentação e na limpeza da igreja.

Festa do Sagrado Coração de Jesus

A festa do Sagrado Coração de Jesus acontece no dia 29 de junho ou num fim de semana próximo a essa data, na comunidade homônima. Os moradores se encarregam coletivamente da organização da celebração, tendo à frente o coordenador da comunidade e a imagem do Sagrado Coração de Jesus que foi comprada em Oriximiná.

A gente arruma comida, a prefeitura dá sempre um boi pra gente, ajuda com alimentação. O que a gente pode arrumar, nós fazemos um bom beiju de farinha. A gente faz pra quando for no outro dia dar aquele almoço pro pessoal, né? Aí vão embora. Sempre essa festa faz assim do sábado pro domingo, nunca dá na data certa. Agora parece que vai sair pro dia 16, 17 de junho (Raimunda Silvério, Sagrado Coração, 25.04.2013).

Visitantes de outras comunidades do território Alto Trombetas e de outras localidades costumam prestigiar a festividade, segundo Dona Raimunda: “vem muita gente de Oriximiná, Boa vista, da Cachoeira do Bacabal, Moura, vem muita gente pra aí” (Raimunda Silvério, Sagrado Coração de Jesus, 25.04.2013).

Festa da Santíssima Trindade

A festa da Santíssima Trindade é comemorada pelas comunidades do Alto Trombetas de forma itinerante, pois acontece de ano em ano em uma determinada comunidade do território. A festa surgiu após a criação da entidade representativa do território quilombola, a Associação Mãe Domingas, conforme explica Seu Raimundo Printes, coordenador do Abuí: “nós fizemos a associação da nossa área e começamos a fazer uma festa cultural. Fizemos umas três festas de pau e corda, aí pararam de fazer. Estou ouvindo o comentário que esse ano o pessoal quer fazer, é uma festa tradicional”.

A preparação para a festa começa uma semana antes da data dos festejos. Grupos são formados para executar as tarefas de caça e pesca, a fim de proverem alimentação dos convidados. Dona Edith Printes, moradora do Abuí, é uma das envolvidas na produção da celebração:

No tempo da festa, uma semana antes da festa a gente une aquela equipe pra caçar, pescar, uma equipe vai caçar a outra vai pescar. Quem mata a caça mata, quem pega o peixe pega, aí leva pra lá. Quando é na hora do almoço todo mundo almoça, enche a barriga e vai farrear. É assim que a gente faz. (Edith Printes, 23.04.2013).

A festa acontece no mês de maio e compõe-se de ladainhas, círio, celebrações religiosas e de um “momento social”, que corresponde à festa dançante. Nela busca-se resgatar as músicas e danças de pau e corda, com a ajuda de um grupo musical que toca músicas antigas como valsa, bolero, despeiteira e lundu, usando apenas instrumentos como banjo, violino, tambor e reco-reco. O pai de Dona Edith é um dos músicos locais. Ela explica que “lá no Sagrado tem uma equipe. Tem agora o José Elias e tem o Messias. Eles têm uma guitarra e um contrabaixo. Aí eles têm uns tambores também que foram feitos pra isso. E aí é só de pau e corda mesmo, direto, até o dia clarear”! (Edith Printes, 23.04.2013)

Dona Edith diz que a “velharada” é quem mais gosta da festa: “tem as mais velhas que cantam. Os mais velhos que gostam de dançar. Quando vai dançar, que a gente diz: as velhadas que vão dançar! Aí toca valsa, lundum, aí toca a despeiteira, todas essas músicas antigas (Edith Printes, Abuí, 23.04.2013).

Formas de expressão

Músicas de pau e corda e danças

As principais referências apontadas pelos entrevistados quando questionados a respeito de suas formas de expressão foram as “músicas de pau e corda” as danças que as acompanhavam: lundu ou landu, despeiteira, mazurca ou mazungue (corruptela de mazurca), valsa, bolero e quadrilha. Tais danças e músicas fazem parte da memória local e, hoje em dia, só são realizadas nas “festas culturais” descritas acima.

Histórias de encantarias

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	PA	01	02	14	F11	01
------------------------------------	----	----	----	----	-----	----

As histórias de encantarias são muito frequentes no território. Nele encontram-se vários relatos sobre encantos, lugares mágicos que geralmente ficam no fundo das águas, nos igarapés, poços e rios, dentro das florestas, em pontas de pedra, debaixo da terra. Visagens, curupiras, botos, matintas-pereiras são apenas alguns dos encantados mencionados no território.

Sobre a matinta-pereira, a quilombola Raquel Pires, moradora do Sagrado Coração de Jesus, assevera que: “aquela, quando dá um grito, você se mija. Aquela, quando ela dá um brado ‘ooooohhhh’... Daneira, bicha perigosa! E é invisível, a gente não enxerga não!” (Raquel Pires, Sagrado Coração, 25.04.2013). Ela conta também sobre a Curupira:

Um compadre meu já me disse que o Curupira é um curumim, tipo um curumim. Ela assobia e ela gosta de judiar das pessoas. Ela faz a pessoa bilé, doida, se variar numa mata, ir atrás dela, tudo isso ela faz. O mato não faz visagem? Que ele faz, e ele faz mesmo! Ainda mas assim, no centro! Hum! O tio do Nilo aí, o Manoel Belardo trabalhava aí no centro aí do Tiririca, aí pro Farias e ele tinha essa conversa com essa tal de Curupira, de levar cachaça pra ela, e ele levava quando ele ia pra lá trabalhar. E ele levava cachaça, chegava lá botava num caco, de coisa de tauarizeiro com aquelas sapopemas grandes, botava debaixo, ele arrumava o caco, derramava cachaça lá e ia embora pro mato. Ela vinha, ele dizia que era ela que vinha beber (Raquel Pires, Sagrado Coração, 25.04.2013).

Os encantados podem castigar as pessoas que não respeitam os lugares de encantos ou que não cumprem determinados preceitos e restrições – como matar filhotes de caça, deixar carne de caça apodrecer na floresta, tomar banho de rio estando menstruada (no caso das mulheres), entre outros. Os castigos imputados pelos encantados são frequentemente referidos como “judiaria” ou “judiação” e se manifestam na forma de doenças físicas e/ou espirituais: loucura, vômitos, desmaios, emagrecimento inexplicado, dores de cabeça, tonturas, etc. A própria Raquel Pires, moradora do Sagrado Coração de Jesus, é depositária de conhecimentos de vários casos de pessoas que sofreram encantamentos, inclusive seu esposo.

Lugares

Como em outras localidades pesquisadas, os lugares mais significativos para os moradores do território Alto Trombetas são aqueles onde se realizam suas principais atividades produtivas, os locais onde ocorreram fatos memoráveis da trajetória de ocupação dos mocambos na região e, por fim, mas não menos importantes, os lugares considerados encantados.

Dentre as áreas produtivas mais importantes para o território estão os castanhais, copaibais, rios, lagos e igarapés. O lago do Abuí é um dos lugares responsáveis pela subsistência dos moradores locais. Ele beneficia todas as comunidades do Território Alto Trombetas e é a principal fonte de pescado para a comunidade do Abuí. Os moradores dizem que “é um lago muito farto, dá todo tipo de peixe” (Raimundo Printes, Abuí, 23.04.2013), mas que antigamente havia mais fartura.

No tempo que eu tava me formando as coisas eram tudo fáceis, até pra gente arrumar comida pra gente comer era fácil. Nós morávamos primeiro ali pra cima, na boca desse igarapé, lá eu me criei, comecei a me criar, me criei lá com meu avô. Quando era de tarde, tem um igarapé lá, meu tio agora mora lá com os filhos, ele saía de tarde, umas 4 horas, ele dizia: ‘mulher, coloca a panela no fogo que eu vou buscar o peixe pra fazer a janta’. Aí ele ia embora para a beira do igarapé. E agora, minha senhora, tá tudo difícil, logo o pessoal aumentou mais. No Abuí não tinha morador, era o Abuí. O lago do Abuí era um lago farto pra gente arrumar peixe pra comer (Raquel Pires, Sagrado Coração, 25.04.2013).

O Lago do Jacaré também é fundamental para a sobrevivência dos moradores do território. Além de ser um dos principais lugares de extração de produtos naturais, é farto em pescado e quelônios, entre os quais o tão apreciado tracajá. No entanto, para acesso a ele é preciso obter autorização do ICM-Bio.

O Jacaré, como o chamam os quilombolas, também se destaca do ponto de visto histórico por ter sido um lugar de passagem dos negros que fugiam da escravidão, assim como a Ilha do Cemitério. Já a Ilha de São Benedito (antigamente chamada Ilha do José Adão), entrou para a história local por ter sido escolhida para a fundação do centro da comunidade do Abuí e para a construção da capela do santo padroeiro da comunidade.

Dos lugares de maior importância simbólica na localidade sobressai a Ilha da Barra, que fica na comunidade do Abuí e é conhecida pelos encantos que vivem lá.

Tem a Ilha da Barra lá pertinho do centro comunitário, que muitas pessoas já viram alguma

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE				PA	01	02	14	F11	01
------------------------------------	--	--	--	----	----	----	----	-----	----

visão lá. Antes não era qualquer pessoa que podia ir lá. Sempre que ia lá, às vezes vinha de lá com muita dor de cabeça, às vezes até meio perturbado. Antes da gente iniciar a comunidade lá do Abuí, mais ou menos em 75 ou 76, nesse anos sempre o pessoal tava pulando lá. É, de vez em quando o pessoal tava pulando por lá... E lá onde é o centro comunitário mesmo, lá tinha, lá não era qualquer pessoa que ia lá e saía bem não. Sempre vinha com alguma dor de cabeça, meio perturbado, tinha que benzer pra endireitar. (Carlos Printes, Oriximiná, 05.07.2013).

Ofícios e modos de fazer

Ofício de castanheiro

A extração da castanha é um ofício muito antigo dos negros remanescentes dos mocambos do Alto Trombetas e é de fundamental importância, até hoje, para os moradores da localidade. O desenvolvimento desse trabalho respondeu, em grande medida, pela própria presença e sobrevivência das comunidades quilombolas até o presente.

A coleta é sempre realizada no período de inverno, de janeiro e maio, e, por tradição, envolve toda a unidade doméstica na atividade, muito embora essa característica venha se alterando. No passado, normalmente, as famílias se deslocavam inteiras para os castanhais. Levavam pequenos animais de criação, caçavam e pescavam para sobreviver enquanto todos, até as crianças pequenas, se dedicavam à coleta dos ouriços caídos das castanheiras. Hoje em dia as crianças e as mulheres vão cada vez menos para os castanhais, pois, estando as primeiras em idade escolar, não podem perder as aulas, e as mães acabam ficando em casa para cuidar delas. Ainda assim, nas expedições de coleta mais curtas são levadas pelos pais para o castanhal, porque os quilombolas valorizam que se aprenda desde cedo essa profissão.

Segundo Claudomiro Viana, morador do Abuí, os principais castanhais do território Alto Trombetas são o Macaxeira e o Jacaré. Antigamente o percurso até eles era feito de canoa a remo e a estadia nas áreas de coleta eram improvisadas em construções com madeiras e palhas.

Na segunda metade do século XX, até meados da década de 1980, os coletores trabalhavam para supostos donos de terras que aviavam os castanheiros, adiantando-lhes ferramentas de trabalho e mantimentos para permanência na floresta durante a safra. Em troca, os coletores entregavam-lhes toda a produção a preços estipulados pelos próprios patrões. Dos valores a serem pagos os patrões descontavam os preços das mercadorias adiantadas. Como resultado da negociação os castanheiros frequentemente não tinham saldo a receber, ficando obrigados a uma nova temporada de trabalho para quitar as dívidas com os patrões.

A partir da década de 1980, com a maior organização em vista a titulação de suas terras, os quilombolas voltaram a ter livre acesso às áreas de castanhais e passaram a planejar com mais confiança o modo de explorar os recursos naturais de suas terras. Em 1990 a ARQMO e a Comissão Pró Índio de São Paulo (CPI-SP), com o apoio financeiro da Comissão Europeia e da Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO), estruturaram na região o projeto Manejo dos Territórios Quilombolas, que tem como ação prioritária a exploração da castanha visando os princípios da responsabilidade socioambiental. O projeto Manejo oferece aos extrativistas quilombolas uma estrutura de transporte e armazenamento da castanha que garante a qualidade do produto até o seu destino final.

Ofício de copaibeiro

Depois da castanha, o óleo da copaíba é o principal produto de extração dos remanescentes de quilombos de Oriximiná. Essa atividade se realiza principalmente em áreas abrangidas pela Flona e pela Rebio, nos meses de verão, alternando-se com a coleta de castanha:

Olha, todo tempo a gente anda atrás dela [da copaíba]. A gente afrouxa um pouco ela no tempo de inverno. A gente dá uma escoradinha nela porque a gente tem a castanha, que a gente se empata mais com a castanha. Porque chove muito e para tirar o óleo dela por debaixo da chuva é ruim. Aí a gente trabalha a castanha... Tem vezes, quando a gente está tirando castanha, a gente já leva a vasilha, o trado, paneiro. A gente topa um dia bonito assim que nem hoje, a gente tira, tira logo de 20 a 30 litros no mês e vai guardando. Mês de maio a gente dá entrada só com a copaíba, que a castanha também já está no fim, e a gente vai só atrás da copaíba (Francisco Xavier, Abuí, 23.04.2013).

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	PA	01	02	14	F11	01
------------------------------------	----	----	----	----	-----	----

O óleo extraído é vendido por intermédio da Cooperativa dos Quilombos (CEQMO), mas antes os extratores costumavam vender toda a produção para marreteiros, que pagavam preços irrisórios pelo produto. A abertura da cooperativa, além de dar acesso a novos mercados, também ajudou a estabelecer preços melhores num mercado que compete pelo produto.

Ele está morando agora em Belém, já tem um empregado que fica comprando pra ele agora, compra e manda pra ele pra Belém. Ele dizia que ele não aumentava o preço da castanha e não aumentava o preço da copaíba porque não tinha quem competisse com ele no preço. Na hora que aparecesse outro comprador, ele suspendia o preço. Se ele não encontrasse, ele dava o preço que ele queria. Nós vendíamos copaíba pra ele de R\$ 3,00 e R\$ 3,50 o litro. Aí, foi, foi e ele passou pra R\$ 6,00, depois foi pra R\$ 7,00, mas isso era muito tempo pra ele passar. Aí foram aparecendo outros compradores e ele foi aumentando, até que nós encontramos essa cooperativa, conseguimos parceiros pra correr atrás de preço para ir pra mais longe. Veio um empresário pra comprar copaíba nossa, ele botou um preço de R\$ 20,00 o litro. Aí ele já pôs para R\$ 17,00 o litro agora. Mas o preço da cooperativa está R\$ 20,00 e ele está dando R\$ 17,00. Aí o pessoal já vende pra cooperativa. (Francisco Xavier, Abuí, 23.04.2013).

Ofício de caçador

A caça é uma atividade tradicional e essencial para a subsistência dos quilombolas de Oriximiná. Foi justamente o acesso a esse tipo de recurso que lhes possibilitou ter certa autonomia quando se instalaram nos mocambos após as fugas do cativeiro. As carnes de caça são não só fontes de proteínas, mas também comidas muito apreciadas na totalidade das comunidades quilombolas do sítio pesquisado.

No território Alto Trombetas observam-se restrições crescentes às caçadas, em função da sobreposição do mesmo pela Floresta Nacional de Saracá-Taquera e pela Rebio Trombetas. Ainda assim, é costume dos moradores, principalmente os homens, saírem juntos para caçar em zonas de mata fechada. Os indivíduos do sexo masculino são ensinados e treinados para caçar desde cedo, acompanhando os pais na floresta. Um caçador geralmente começa sua trajetória na infância, observando os adultos para conhecer os segredos da floresta e o comportamento dos animais; em seguida, na adolescência, aprende a atirar; por fim, ganha autonomia para caçar sozinho. É como exemplifica Seu Raimundo, morador do Abuí: “na faixa de 14 anos eu comecei a usar espingarda. Antes, estava pequeno, não podia usar. Dos 14 anos eu fui permitido a usar. Eu aprendi a matar, a caçar”.

É importante notar que a caça é uma prática voltada para o autoconsumo e a troca de donativos entre as famílias locais. Por exemplo, quando se mata uma caça grande como uma anta ou um veado, ou até mesmo um animal de pequeno porte como uma cotia, é de praxe fazer-se a divisão do alimento entre familiares e vizinhos. Em boas caçadas os moradores chegam a fazer reuniões para confraternizarem, comendo juntos o produto da atividade.

As caçadas obedecem aos ciclos das chuvas e da seca, e também da frutificação das árvores da floresta. A disponibilidade das espécies, no que tange à variedade e quantidade, varia conforme os períodos do ano. Segundo Dona Raimunda Xavier, do Sagrado Coração de Jesus, o que “mais dá” no território “é cutia, tatu, anta, porco e veado”. As queixadas (uma espécie de porco-do-mato) eram frequentes, mas se tornaram raras na localidade, de acordo com Dona Raquel, da mesma comunidade:

Era queixada, varava. Aqui em baixo tinha um jauarizal debaixo da casa da minha filha. De verão, quando a gente escutava era estrondo de queixada para comer jauari. Aí o pessoal ia pra lá, matavam ali do outro lado. Eles varavam aí, daqui desse lado a gente escutava cair n'água pra gente matar tudo isso. Agora nem mais no mato a gente vê mais queixada (Raquel, Sagrado Coração de Jesus, 25.04.2013).

Para Raquel, a dificuldade de se encontrar caça em quantidade hoje em dia se deve ao fato do aumento da pressão sobre os recursos naturais do território. Além do aumento da população, ela acredita que há pessoas que capturam os animais desordenadamente, sem real necessidade:

Hoje o pessoal faz muita bazófia. Quando caí um bando de porco n'água matam até pra estragar. Eu não gosto do estrago não, eu gosto de aproveitar tudo. Olha, aqui às vezes cai. Quando caía, nós matávamos dois, três, conforme. Se meus filhos não tivessem, nós íamos, matávamos pra cada um. Nós dávamos um é ficávamos com um aqui pra gente comer. Dois,

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	PA	01	02	14	F11	01
------------------------------------	----	----	----	----	-----	----

salgava dava aí para os vizinhos. Mas, agora, meu irmão! (Raquel Pires, Sagrado Coração de Jesus, 25.04.2013).

A caça é proibida no interior das Unidades de Conservação, e esta é uma das principais reclamações dos moradores que praticam extração de castanha nessas áreas.

Ofício de pescador

Assim como a caça, a pesca também é uma atividade tradicional e essencial para a subsistência dos quilombolas do Alto Trombetas, voltada para a alimentação diária das famílias. Homens, mulheres e crianças dedicam-se a essa atividade quase que diariamente.

Pratica-se a pesca durante todo o ano em rios, lagos e igarapés, mas o período mais favorável para a atividade é o verão, quando as águas estão mais baixas e os peixes ficam represados, concentrando-se em grandes quantidades, principalmente nos lagos. Como diz Maria Adão, moradora do Abuí, “no verão é melhor, seca e tem muito peixe. No inverno acaba, mas a gente pega com malhadeira”.

A pesca é proibida no interior das Unidades de Conservação, e esta é uma das principais reclamações dos moradores.

Ofício de agricultor

Um dos ofícios mais importantes nas comunidades quilombolas de Oriximiná, do qual sobrevivem diversas famílias, é a agricultura. O principal cultivo agrícola no território Alto Trombetas, assim como nos demais, é a mandioca, da qual se faz o produto básico da cultura alimentar local, a farinha, mas também se plantam outros tubérculos e variadas frutíferas.

A maioria dos produtos da roça é consumida no espaço doméstico, garantindo a subsistência dos comunitários. O excedente, eventualmente, é comercializado na feira de Porto Trombetas ou de Oriximiná. Cabe ressaltar que, apesar da centralidade desse ofício na economia doméstica, inúmeros moradores vêm enfrentando crescentes dificuldades para fazerem suas roças devido às restrições impostas pelas Unidades de Conservação sobrepostas ao território Alto Trombetas.

Modo de fazer farinha de mandioca

A produção de farinha de mandioca (e outros derivados desta raiz) é uma atividade essencial para muitas famílias no território. Na maioria dos casos a produção destina-se apenas ao autoconsumo, mas alguns produtores têm no comércio desse gênero uma importante fonte de renda.

O modo de fazer a farinha envolve várias etapas de trabalho, que geralmente é realizado em coletividade na casa de farinha.

A casa de farinha normalmente corresponde a uma estrutura de madeira coberta de palha e de chão batido, lugar que costuma reunir toda a família para o processo de produção da farinha e de outros derivados da mandioca. Trata-se de um espaço de uso comum, regido por práticas que tendem a elevar a produtividade do trabalho ao mesmo tempo em que favorecem a sociabilidade e a experiência coletiva. Em geral cada membro do grupo realiza uma atividade, numa espécie de linha de produção, e enquanto trabalham, conversam, contam histórias, ensinam e educam as crianças. Existem também práticas de troca de trabalho e empréstimo da casa de farinha entre parentes e vizinhos:

Aqui tem uma [casa de farinha], bem aí na beira. Meu primo tem uma barraquinha onde ele mora, pra lá ele tem uma casa de farinha. Tem vezes que quando está muito seco pra lá, a gente faz [farinha] aqui. Às vezes a gente vai fazer farinha lá na roça dele. É assim. Quando a gente está trabalhando aqui, que tenho uma roça que está madura e [a roça de] o outro companheiro está verde, aí, se ele quer fazer na minha [com a minha mandioca], ele vem e faz de sociedade. Aí ele vai e faz lá na casa de farinha que a gente tem, lá ele faz, ele torra a dele e a gente fica com a da gente. É assim que a gente trabalha aqui (Manoel Francisco Xavier, Abuí, 23.04.13).

Os instrumentos de trabalho usados nas casas de farinha têm se modernizado nas últimas décadas, por exemplo, com a substituição do forno de barro pelo forno de ferro (espécie de chapa), do tipiti pela prensa, do ralador pelo “rodete” e depois pelo motor. A principal vantagem dos instrumentos mais modernos é que eles demandam menos

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	PA	01	02	14	F11	01
---	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	-----------

esforço físico dos produtores.

Além da substituição de alguns instrumentos de trabalho, verifica-se no território que alguns produtores vêm testando também novas técnicas de produção, com algumas alterações de modos de fazer:

De primeiro a gente pegava a mandioca e botava na água para deixar ela amolecer. Bem mole era tirada a mistura. Eram três dias pra você fazer uma farinha. Hoje não. Hoje nós aprendemos outro jeito de fazer farinha. A gente tira hoje, descasca, põe na água, quando é amanhã a gente vai e tira a mistura, descasca, prepara tudinho, ceva ela. A [mandioca] d'água tá lá. Depois, quando termina, que já está tudo mole, aí a gente ceva ela tudinho e mistura uma na outra, junta e deixa. No outro dia só vai preparar para torrar, tudo macio, bem maciinho. Assim já é o nosso costume de fazer, a gente já não deixa ela ficar bem mole assim. Aí é só como todo mundo trabalha, já é assim (Manoel Francisco Xavier, Abuí, 23.04.13).

De toda maneira, a maioria dos quilombolas garante que sua farinha é de ótima qualidade, assim como no passado, muito embora alguns moradores mais idosos atestem que a farinha torrada em forno de barro, como se fazia antigamente, era mais saborosa.

4. DESCRIÇÃO

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS DOCUMENTOS ESCRITOS INVENTARIADOS, CONSULTAR O **ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA**.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE				PA	01	02	14	F11	01
------------------------------------	--	--	--	----	----	----	----	-----	----

4.1. POPULAÇÃO E LOCALIZAÇÃO*Localização e acesso*

O Território Alto Trombetas fica no Município de Oriximiná, que integra a Microrregião de Óbidos e a Mesorregião do Baixo Amazonas, na Região Oeste do Pará. Estende-se pelas duas margens do Rio Trombetas, em glebas da União e do Estado do Pará, situando-se exatamente entre os territórios quilombolas Jamary-Último Quilombo (no sentido rio abaixo) e Cachoeira Porteira (no sentido rio acima).

Compõe-se das comunidades Abuí, Paraná do Abuí, Tapagem, Sagrado Coração de Jesus e Mãe Cué, que juntas totalizam uma área de aproximadamente 61.211,9600 hectares.

Duas Unidades de Conservação federais, a Reserva Biológica do Trombetas (Rebio Trombetas) e a Floresta Nacional de Saracá-Taquera, incidem em áreas de moradia e uso do território.

O acesso à área se faz por via fluvial e, dependendo da embarcação e da comunidade de destino, leva-se de oito a dez horas de viagem a partir de Oriximiná. Não há rotas regulares de barcos de linha para a área, mas grande parte dos moradores possui embarcação (canoa, bajara, rabeta, barco) para deslocamento próprio dentro dos limites do território e entre este e as áreas quilombolas vizinhas.

O acesso à área deve ser previamente autorizado pelo ICM-Bio. Até chegar ao território deve-se proceder à identificação e à autorização em duas bases de fiscalização mantidas por esse órgão, a primeira na altura do Lago do Erepecu e a segunda na localidade Santa Rosa, acima do território Jamary-Último Quilombo.

População

A população geral do território está estimada em torno de 187 famílias, assim distribuídas: 50 no Abuí, 17 no Paraná do Abuí, 51 na Tapagem, 36 no Sagrado Coração de Jesus e 33 no Mãe Cué.

A maioria dos moradores provém de famílias originárias do próprio território, principalmente das comunidades do Abuí e da Tapagem, e do Lago do Jacaré, de onde muitos moradores foram expulsos na época de criação da Reserva Biológica do Trombetas.

A população distribui-se em todas as faixas etárias, de zero a mais de 70 anos, havendo uma concentração maior no número de crianças e adultos jovens, como ocorre na maioria das localidades pesquisadas.

Religião

No conjunto das comunidades do Alto Trombetas predominam os moradores católicos, estimados em cerca de 80% da população total. Os evangélicos aparecem em seguida.

Infraestrutura

A qualidade da infraestrutura pública varia consideravelmente em cada comunidade pertencente ao território, muito embora todas elas, com exceção de Mãe Cué, possuam barracão de uso comunitário.

Em todas as comunidades a água para consumo vem diretamente do Rio Trombetas, sem tratamento. Não há saneamento básico e os sanitários possuem buracos cavados no chão. O lixo é enterrado e queimado.

Não há serviço de fornecimento de energia elétrica, mas em todo o território existem motores de luz movidos a óleo diesel, que são usados conforme a disponibilidade de combustível e as necessidades de cada comunidade. Normalmente, de noite, os motores são ligados por cerca de quatro horas, permitindo aos moradores assistir à programação televisiva.

Os moradores da comunidade com frequência buscam serviços em Oriximiná ou Porto Trombetas e, às vezes, também em Santarém, como ocorre para atendimentos de saúde, emissão de cédulas de identidade, alistamento militar, atendimento cartorial, previdenciário e outros que o município de Oriximiná não supre.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	PA	01	02	14	F11	01
---	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	-----------

Educação

As escolas Tancredo Neves e Raimundo Vieira dos Santos, localizadas no Abuí e na Tapagem, respectivamente, concentram a oferta de ensino no território. Construídas em alvenaria, abastecidas por microssistemas de água encanada, providas de banheiros e atendidas por serviços de transporte próprio (em barco contratado pela Prefeitura de Oriximiná) e merenda escolar, ambas receberam melhorias de infraestrutura recentemente.

Antes a gente trabalhava em dois turnos e era numa outra escola ali debaixo. Esse ano nós iniciamos nessa escola maior, que a gente tinha muitas necessidades, questão de espaço, essas coisas. Era muito dificultoso lá. A gente sempre trabalhava com onze, doze turmas e tinha uma escola com 4 salas de aula. Improvisava a turma na área, de vez em quando na sala do professor. Hoje nós estamos aqui com 199 alunos e a gente funciona em um turno, a gente entra 8:15 e sai 12:30. Tem algumas exceções aqui, de acordo com a nossa realidade, que não é a mesma da zona urbana. A gente tem mais dificuldade, e a gente tenta buscar parceria comunitária (Cleuciana, Tapagem, 25.02.2013).

As escolas oferecem o ensino nível fundamental a centenas de estudantes que vivem no território, mas para cursarem o ensino médio os jovens precisam se transferir por conta própria para cidade de Oriximiná, onde se estabelecem em casas de familiares e outros conhecidos, e onde passam a desenvolver biscates e serviços de mototaxi, babá, empregada doméstica, para se sustentarem. Os pais, que normalmente permanecem na comunidade, ajudam-nos enviando farinha, frutas, peixes e outros produtos dos trabalhos que realizam no interior.

Saúde

A infraestrutura de saúde do Alto Trombetas é tão precária quanto a das demais localidades pesquisadas. O hospital mais próximo da localidade fica na cidade de Porto Trombetas, é administrado pela MRN e priorizado para atendimento aos funcionários da empresa e aos seus dependentes. Atende aos quilombolas do Alto Trombetas em casos de emergência, mas, após os primeiros socorros, encaminha os doentes para atendimento em Oriximiná via o Sistema Único de Saúde (SUS) do Governo Federal. Somente os quilombolas cadastrados (um pequeno contingente da população local) podem contar com atendimento continuado no hospital da MRN.

Em casos de mal estar e doenças consideradas simples (febre, diarreia, gripe, dores no corpo) recorre-se a cuidados tradicionais com ervas e cascas extraídas do mato ou do quintal de casa, conforme os conhecimentos tradicionais da população local. Ritos de benzeção e puxação também são praticados para tratar de males físicos e espirituais.

Outras doenças comuns como malária, pressão alta, verminoses e picadas de animais peçonhentos precisam ser tratadas na cidade, ou seja, obrigam o doente a deslocamentos de até cerca de 10 horas. Em alguns casos, como em acometimentos cardíacos e em picadas de animais peçonhentos, a demora para obter atendimento especializado compromete a vida ou a capacidade de recuperação do doente.

Agentes comunitários de saúde contratados pela Prefeitura de Oriximiná dão orientações às famílias e fazem atendimentos preventivos, com regularidade variável.

Organização social e política

O território é representado pela Associação Mãe Domingas, que é filiada à ARQMO. No que tange às formas de organização na esfera do trabalho, os moradores decidem individualmente pela participação ou não em associações e sindicatos de pescadores, produtores rurais e outros, e na Cooperativa do Quilombo (CEQMO), que apoia a comercialização da produção dos castanheiros quilombolas.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	PA	01	02	14	F11	01
---	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	-----------

4.2. PAISAGEM NATURAL E MEIO AMBIENTE

O território Alto Trombetas abrange diversos nichos ecológicos com características de paisagem distintas, desde áreas de floresta preservada até áreas intensamente antropizadas, correspondentes às zonas habitadas e cultivadas (áreas de moradia) e aos centros comunitários. Essa diferenciação relaciona-se diretamente com as formas de organização socioespacial das famílias quilombolas e com os seus modos de vida e as suas práticas produtivas, que configuram o ambiente local.

Duas Unidades de Conservação federais incidem sobre o território, que tem áreas sobrepostas pela Reserva Biológica do Trombetas e pela Floresta Nacional de Saracá-Taquera. A criação dessas unidades se deu por meio dos decretos nº 84.018, de 21 de setembro de 1979, e nº 98.704, de 27 de dezembro de 1989, respectivamente.

Com relação às formas de ocupação, semelhantes em todas as comunidades que o integram, o território pode ser dividido em duas grandes áreas: as áreas de moradia – que se estendem nas duas margens do Rio Trombetas e nas beiras de lagos, seguindo um padrão de dispersão das residências – e as áreas de uso – mais afastadas das casas e centros comunitários, compreendendo rios, igarapés, lagos, florestas. Essa distinção corresponde a modos diferenciados do exercício de domínio sobre as terras, as águas e os demais recursos naturais aí existentes, embora o senso da coletividade esteja sempre presente na gestão de qualquer espaço, na medida em que o território como um todo é concebido como um bem comum.

Nas áreas de moradia o trabalho individual e familiar responde pela produção de bens e benfeitorias dos quais cada unidade doméstica pode gozar de forma privada. Já nas áreas de uso do território – todas aquelas que extrapolam o núcleo doméstico – o domínio é coletivo. Árvores, lagos, peixes, caças, frutos e quaisquer outros recursos naturais que venham a ser encontrados nessas áreas são considerados como propriedade coletiva, embora possam ser explorados individualmente pelos moradores para fins de subsistência. Enquanto nas áreas de moradia as decisões são mais restritas às unidades familiares, no que tange às áreas de uso os processos decisórios são públicos e empreendidos coletivamente, no âmbito da associação que representa o território.

Características gerais

A área compreendida pelo território Alto Trombetas é representativa do bioma amazônico. Caracteriza-se pela presença de florestas de terra firme, incluindo manchas de floresta densa e de floresta inundável de igapós e de várzeas. Ocorrem também campinas e capoeiras. Todo o território apresenta alta diversidade de espécies florísticas e faunísticas, tanto nos ecossistemas terrestres quanto nos ecossistemas aquáticos.

Os recursos hídricos mais importantes do território são o Rio Trombetas, o Lago do Abuí e o Lago do Jacaré, que atendem às comunidades locais com água potável, pescado e quelônios. Sobre o Lago do Abuí os moradores dizem que “é um lago muito farto, dá todo tipo de peixe” (Raimundo Printes, Abuí, 23.04.2013), mas que antigamente havia mais fartura.

No tempo que eu estava me formando as coisas eram tudo fáceis, até pra gente arrumar comida pra gente comer era fácil. Nós morávamos primeiro ali pra cima, na boca desse igarapé. Lá eu me criei, comecei a me criar, me criei lá com meu avô. Quando era de tarde, tem um igarapé lá, meu tio agora mora lá com os filhos, ele saía de tarde, umas 4 horas, ele dizia: ‘mulher, coloca a panela no fogo que eu vou buscar o peixe pra fazer a janta’. Aí ele ia embora para a beira do igarapé. E agora, minha senhora, tá tudo difícil, logo o pessoal aumentou mais. No Abuí não tinha morador, era o Abuí. O Lago do Abuí era um lago farto pra gente arrumar peixe pra comer (Raquel Pires, Sagrado Coração, 25.04.2013).

O Lago do Jacaré é um dos principais lugares de extração de produtos naturais, além de ser farto em pescado e quelônios, entre os quais o tão apreciado tracajá: “Lá nesse lago ainda tem muita fartura de tracajá, várias coisas ficam do lado de lá da floresta. Mas pra entrar lá precisa pedir autorização do IBAMA” (Cleuciana, Abuí, 24.04.2013).

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	PA	01	02	14	F11	01
---	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	-----------

Exploração de recursos ambientais

Como nas demais áreas quilombolas pesquisadas, as comunidades do território Alto Trombetas desenvolvem formas tradicionais de uso dos recursos naturais nos diversos nichos ecológicos que o integram. São formas características da economia extrativa que se implantou na região desde o tempo da ocupação dos primeiros mocambos, aliadas à prática da agricultura familiar.

Dentre os produtos de extrativismo o mais importante para a economia familiar é a castanha, seguido do óleo de copaíba. Outros recursos retirados do meio ambiente são voltados para a alimentação (açaí, pescado, caça), para a construção de casas, barcos, cercas e currais (palhas, cipós, madeiras) e para a comercialização (breu e sementes).

A agricultura de subsistência é praticada em muitos terrenos, utilizando-se do sistema de roçado e queima. Algumas famílias criam porcos, galinhas e algumas cabeças de gado. A agricultura comercial em pequena escala é realizada por poucas famílias e normalmente se caracteriza pela venda de excedentes não consumidos na unidade doméstica.

Conflitos ambientais

A combinação entre as Unidades de Conservação e a expansão da exploração minerária no Trombetas vem afetando consideravelmente a economia das famílias quilombolas do território Alto Trombeta, e também causando impactos crescentes em suas tradições e costumes. Por um lado, as restrições ambientais impostas pelas UCs penalizam as comunidades retirando-lhes meios tradicionais de subsistência. Por outro lado, a economia minerária não só não absorve os trabalhadores locais como ainda provoca destruição e degradação ambiental nas zonas exploradas. Assim, apesar de habitarem num bioma riquíssimo em recursos naturais com alto potencial de desenvolvimento econômico, estando privados dos meios de produção da própria sobrevivência, os moradores do território veem-se cada vez mais dependentes de programas assistencialistas de caráter público e privado.

Uma das atividades atualmente ameaçadas pela expansão da mineração, sobretudo na comunidade de Mãe Cué, é a extração do óleo de copaíba, que ajuda a sustentar muitas famílias. Como explicam os moradores, a copaibeira é uma espécie nativa que leva muitos anos para se desenvolver a ponto de fornecer óleo. Concentradas no alto dos platôs em vista de serem explorados pela MRN na próxima década, as árvores dessa espécie têm os dias contados na localidade.

A exploração de outros recursos, ainda que tradicional, encontra-se atualmente condicionada pelo ICM-Bio, órgão gestor das Unidades de Conservação que incidem no território. Queixas contra as restrições de acesso e uso dos recursos florestais existentes nessas UCs são muito comuns entre os moradores. Estes classificam as medidas preservacionistas do órgão como severas demais e acusam funcionários de várias formas de abusos de autoridade. Denunciam, inclusive, o uso de força física e de armamentos em ações de coibição de moradores que porventura infringem as regras preservacionistas das UCs. Para muitos quilombolas da área, a ação ambiental caracterizou-se pela violência contra moradores desde o período de implantação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (hoje ICM-Bio) na região. Embora as agressões tenham sido minimizadas nos últimos anos, medidas consideradas abusivas são rechaçadas até hoje. Uma delas é a fiscalização realizada pelo ICM-Bio em duas bases fluviais instaladas na entrada do território, onde os moradores devem encostar suas embarcações para identificação de passageiros e eventual revista. Além de se sentirem aviltados e tolhidos do direito de ir e vir “dentro da própria casa” – que é como compreendem toda a extensão do Trombetas ocupada por comunidades quilombolas – os moradores se queixam de que esse tipo de controle não elimina o problema maior dos invasores que vêm pescar, caçar e retirar madeira do território.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	PA	01	02	14	F11	01
---	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	-----------

4.3. MARCOS EDIFICADOS

O território Alto Trombetas, assim como seus vizinhos, é consideravelmente mais rico em marcos naturais (lagos, igarapés, florestas) que em marcos edificadas. Estes últimos são pouco numerosos e significativos para a população local, e ocorrem exclusivamente nas áreas de moradia das comunidades que o integram.

As próprias residências das famílias, neste cenário, são marcos que condensam histórias da ocupação da área. As casas são situadas às margens dos lagos e igarapés que desembocam do Rio Trombetas.

Elas são, na maioria, feitas de madeira, erguidas sobre palafitas e cobertas com palha de ubim. Aos poucos cresce o número de casas de alvenaria, construídas a partir de créditos e financiamentos públicos. Nas comunidades Abuí e Mãe Cué ainda se observam casas construídas totalmente de palha (teto e parede), com o assoalho feito de tala de grande espessura. Na maioria das comunidades é possível fazer o trajeto andando por entre as estradas e ramais, noutros, porém, no período da enchente do rio, chega-se em um curto tempo de viagem de bajara.

Em vários terrenos existem casas de farinha para uso das famílias. Elas são construções simples de madeira, sem paredes e com cobertura de palhas. Compõem-se de equipamentos rústicos usados na produção doméstica de farinha e outros derivados de mandioca: forno, gareira, catitu, rodete, tipiti, entre outros, que são feitos de madeira, palhas e talas.

Edificações que sobressaem nas comunidades são os barracões comunitários, as capelas dos santos padroeiros e os barracões de festa, além das já comentadas escolas. Esse conjunto, em regra, compõe o centro das comunidades. Em todas elas, exceto em Mãe Cué, existe uma capela de alvenaria dedicada ao santo padroeiro (São Benedito, no Abuí; Sagrado Coração de Jesus, na comunidade de mesmo nome; São Sebastião, na Tapagem; São João no Paraná do Abuí). Sempre próximo à capela está um barracão comunitário, normalmente feito de madeira ou alvenaria, coberto com telha *Brasilit* e dotado de bancos de madeira para abrigar reuniões das organizações quilombolas. Em alguns lugares existe um outro tipo de barracão que funciona como sede das festas comunitárias, o chamado “barracão da festa”, que pode ter cozinha anexa.

5. FORMAÇÃO HISTÓRICA

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FONTES INVENTARIADAS, CONSULTAR O ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA.

5.1. RESUMO

A formação histórica das comunidades que atualmente integram o território Alto Trombetas é semelhante à de outras comunidades quilombolas que se originaram dos mocambos instalados no alto curso deste rio por negros fugidos da escravidão no século XIX, os quais, após a abolição da escravatura em 1888, vieram se estabelecer em zonas mais baixas e próximas às cidades com as quais mantinham relações comerciais.

A comunidade da Tapagem é uma das mais antigas do território, segundo estimativas locais. Moradores contam que ela se originou no século XIX com a chegada de cinco irmãs da família Xavier, que se havia amocambado no Trombetas. Uma das irmãs, chamada Domingas, e seu esposo Atanásio vinham descendo o Rio Trombetas na companhia de um senhor chamado Basílio e outro conhecido como Felipão, quando foram surpreendidos pela presença de brancos na boca do Igarapé Jacaré. Os mocambeiros foram obrigados a recuar e acabaram por estabelecer um pequeno povoado na atual área da Tapagem. A comunidade, porém, só se formalizou em meados da década de 1970, graças ao incentivo dado por um padre verbita chamado Patrício.

As demais comunidades do território tiveram histórias semelhantes, devendo sua formalização ao apoio intensivo concedido pela Igreja Católica no município, principalmente na pessoa do Padre Patrício e de outros que com ele colaboravam. A mobilização das mesmas cresceu após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e do direito conferido às comunidades remanescentes dos quilombos de terem garantida pelo Estado a propriedade das terras que tradicionalmente ocupavam.

Na década de 1980 a organização política dos quilombolas do Alto Trombetas foi fundamental para o enfrentamento dos prejuízos imputados pela implantação das Unidades de Conservação federais e da MRN na região. Naquela década, encurralados entre a degradação ocasionada pela mineração e a preservação praticada pelo Estado, os moradores começaram a ver diminuir progressivamente a disponibilidade de recursos naturais indispensáveis à sua sobrevivência. Esse fator contribuiu decisivamente para a organização comunitária em bases formais, muito embora já

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	PA	01	02	14	F11	01
---	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	-----------

houvesse entre os remanescentes dos mocambos o sentido de comunidade e inúmeras práticas de solidariedade. A formalização das comunidades foi marcada pela construção de capelas, escolas e centros comunitários onde os moradores passaram a cultivar práticas de encontros e discussões coletivas sobre os problemas por eles enfrentados.

No bojo do processo de organização coletiva, que se estende até o presente, os moradores se juntaram não só em comunidades formais, mas também em associações para buscarem a titulação das terras que ocupam. Foi nesse contexto que se criou a Associação Mãe Domingas – filiada à Associação dos Remanescentes de Quilombos de Oriximiná (ARQMO) criada em 1989 – e que o território Alto Trombetas foi concebido.

O território já foi titulado pelo Instituto de Terras do Pará (Iterpa) em 2003, mas ainda aguarda a demarcação e a titulação da porção que recai em glebas da União, a qual constitui uma obrigação do Incra.

5.2. CRONOLOGIA	
DATA	EVENTO
Século XIX	Formação dos mocambos do Alto Trombetas, durante a segunda metade do século, seguida do descenso dos mocambeiros do alto das cachoeiras para as zonas mais baixas dos rios já no final do século, sobretudo após a abolição da escravidão em 1888.
Década de 1970	Instalação da empresa Mineração Rio do Norte no município de Oriximiná, mais especificamente na cidade-enclave de Porto Trombetas.
1979	Criação da Reserva Biológica do Rio Trombetas, seguida da expulsão de moradores da área do Lago do Jacaré.
1985	Instalação de postos de fiscalização do IBDF na entrada território Alto Trombetas.
1989	Fundação da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná.
1989	Criação da Floresta Nacional Saracá-Taquera.
2003	Titulação de parte do território quilombola Alto Trombetas pelo Iterpa.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE

PA

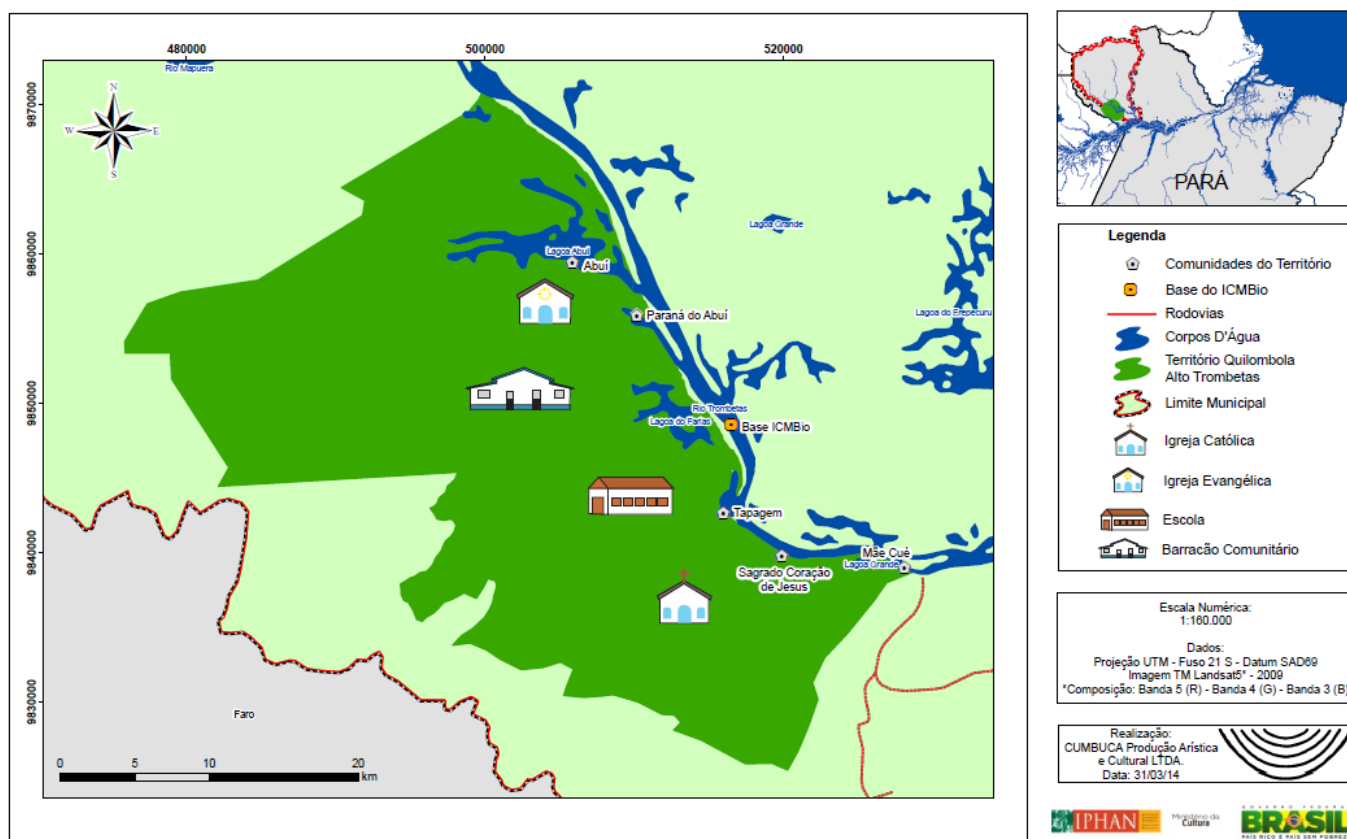
01

02

14

F11

01

6. PLANTAS, MAPAS E CROQUIS**Território Quilombola Alto Trombetas**

Mapa do território quilombola Alto Trombetas, INRC Quilombos de Oriximiná. João Thiago-CumBUCA, Oriximiná-PA, 2014.

7. LEGISLAÇÃO**INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL E DE PLANEJAMENTO**

Aqui serão apresentados apenas os instrumentos que incidem destacadamente na localidade em questão. Na Ficha de Identificação de Sítio são mencionados todos os instrumentos que incidem em comunidades quilombolas de um modo mais geral, em âmbito regional e federal.

1. Constituição da República Federativa do Brasil 1988, em especial o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que dispõe sobre o direito de propriedade das comunidades remanescentes quilombolas sobre as terras que ocupam tradicionalmente;
2. Decreto nº 84.018 de 21 de setembro de 1979 que cria a Reserva Biológica do rio Trombetas e dá outras providências;
3. Decreto 98.704 de 27 de dezembro de 1989 que Cria a Floresta Nacional de Saracá – Taquera;
4. Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
5. Decreto nº 261 de 22 de novembro de 2011 que institui a política estadual para as comunidades remanescentes de quilombos no Estado do Pará e dá outras providências;
6. Instrução Normativa nº 57, de 20 de outubro de 2009/Incra que regulamenta o procedimento para identificação,

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	PA	01	02	14	F11	01
---	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	-----------

reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do ADCT-CF/88 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

7. Lei estadual nº 6. 165 de 02 de dezembro de 1998 que dispõe sobre a legitimação de terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos no Pará e dá outras providências;
8. Lei n. 9.985/2000 que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.

8. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

8.1. PROBLEMAS E POSSIBILIDADES

As comunidades do território Alto Trombetas têm sido crescentemente afetadas pelas restrições impostas pela pelas Unidades de Conservação federais que incidem na região e pela atividade minerária que se expande sobretudo em Mãe Cué. A maioria das queixas, nesse aspecto, refere-se às privações por que passam os moradores impedidos de roçar, pescar, caçar e extrair recursos naturais nas áreas abrangidas pelas UCs, estando desprovidos de outras fontes de renda suficientes para o sustento das famílias. Afastados dos meios de produção do próprio sustento, em alguns casos, e dependentes de políticas compensatórias e assistencialistas realizadas pela MRN ou pelo Governo Federal, esses moradores assistem à transformação cada vez mais acelerada dos seus modos de vida tradicionais.

No entanto, os moradores do Alto Trombetas não estão passivos diante das mudanças que consideram negativas e vêm lutando, por intermédio das organizações quilombolas, pela manutenção das práticas que herdaram dos antepassados dentro do território que esperam gerir autonomamente após a titulação.

Observa-se no território uma atenção especialmente aguçada para as formas de expressão que caracterizam, na visão dos moradores, a cultura tradicional dos quilombolas do Trombetas. Nesse cenário as músicas de “pau e corda”, as danças antigas e contemporâneas, além de narrativas tradicionais sobre encantarias são especialmente valorizadas.

8.2. RECOMENDAÇÕES

Considerando a alta atenção que é dispensada pelos moradores às formas de expressão orais, musicais e corporais tradicionais da região, é importante que se aprecie a possibilidade de atendimento de algumas reivindicações feitas pelos participantes da oficina de socialização do INRC que foi realizada no território. Entre elas recomenda-se especialmente que se proceda à elaboração de materiais de difusão das histórias de encantarias contadas na região e à documentação das “festas culturais” que ainda são feitas no território, “antes que elas acabem”, como temem alguns moradores.

9. DOCUMENTOS ANEXADOS

OBS.: VER ANEXO 1: *BIBLIOGRAFIA*

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	PA	01	02	14	F11	01
------------------------------------	----	----	----	----	-----	----

ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	2 - Festa da Santíssima Trindade 9 - Festa de Santa Ana 27 - Festa do Sagrado Coração de Jesus 29 - Festas Juninas 30 - Barracão comunitário 31 - Barracão de festa 32 - Capela de São Benedito e de Santa Ana 33 - Capela do Sagrado Coração de Jesus 34 - Casa de farinha 43 - Igreja de São Sebastião 44 - Igreja do Sagrado Coração de Jesus 45 – Paiol de Castanha 46 – Carimbó 51 - Dança Marajoara 52 - Dança Morena d'Angola 53 – Desfeiteira 57 - Histórias de encantarias 58 - Histórias do tempo do pega-pega 59 – Ladainhas 60 – Lundu 61 – Maçariquinha 62 – Mazurca 63 - Músicas de pau e corda (usa-se também a expressão “festa de pau e corda”) 65 – Quadrilha 66 – Valsa 77 - Ilha da Barra 79 - Ilha do Cemitério 80 - Ilha do José Adão/Ilha do São Benedito 82 - Lago do Abuí 84 - Lago do Jacaré 97 - Sítios arqueológicos 100 - Artesanato de barro 105 - Artesanato de talas, palhas e cipós 106 - Culinária tradicional 108 - Medicina tradicional 109 - Modo de beneficiar cacau 111 - Modo de fazer beiju-cica 114 - Modo de fazer farinha de mandioca 118 - Modo de fazer tapioca 120 - Ofício de agricultor 121 - Ofício de benzedor/benzedeira e puxador/puxadeira 122 - Ofício de caçador 123 - Ofício de castanheiro 124 - Ofício de coletor de Açaí 125 – Ofício de Copaibeiro
--	--

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	PA	01	02	14	F11	01
---	-----------	-----------	-----------	-----------	------------	-----------

	128 - Ofício de parteira 129 - Ofício de pescador 130 – Puxirum 131 - Técnicas de construção tradicionais
ANEXO 4: CONTATOS	03 - Aloisio Silvério dos Santos 20 – Carlos Printes 21 - Claudomiro Colé Viana 22 - Cleuciana dos Santos Souza 23 - Cleucineide dos Santos Souza 30 - Dometilo Xavier 35 – Edith Printes 50 - Ilarindo Corrêa Natividade 67 - Julia Marcia Guedes do Nascimento 75 - Manoel Francisco Cordeiro Xavier 76 - Manoel Francisco Valério Xavier 81 - Maria Adão (Noca) 82 - Maria da Paz Melo dos Santos 83 - Maria da Silva Salgado 106 - Nilcelena Cunha da Glória 111 - Raquel Pires 113 - Raimunda Silvério Cordeiro 114 - Raimundo Printes do Carmo
FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS	

10. IDENTIFICAÇÃO DA FICHA

PESQUISADOR(ES)	Ádria Fabíola Pinheiro de Sousa, Elielma de Jesus Pires, Luciana Gonçalves de Carvalho		
SUPERVISOR	Ricardo Nei de Araújo		
REDATOR	Ádria Fabíola Pinheiro de Sousa	DATA 28/03/2014	
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO	Luciana Gonçalves de Carvalho		